

CYRO DE MORAES CAMPOS FILHO

ANÁLISE DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL DO ANO DE 2008 A 2014

CURITIBA

2017

CYRO DE MORAES CAMPOS FILHO

ANÁLISE DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL DO ANO DE 2008 A 2014

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Fabiano Abranches Silva Dalto

CURITIBA

2017

Cyro de Moraes Campos Filho

Análise do spread bancário no Brasil do ano de 2008 a 2014/ Cyro de Moraes Campos Filho. – Curitiba, 2017-

52 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Fabiano Abranches Silva Dalto

Monografia (Trabalho de conclusão de curso) – , 2017.

1. Spread Bancário 2. Instituições Financeiras I. Fabiano Abranches Silva Dalto II. Universidade Federal do Paraná III. Ciências Econômicas IV. Análise do spread bancário no Brasil do ano de 2008 a 2014

CDU 02:141:005.7

FOLHA DE APROVAÇÃO

CYRO DE MORAES CAMPOS FILHO

ANÁLISE DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL DO ANO DE 2008 A 2014

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof. Fabiano Abranches Silva Dalto

Orientador

Setor de Ciências Sociais Aplicadas

Universidade Federal do Paraná

Prof. Adilson Antônio Volpi

Setor de Ciências Sociais Aplicadas

Universidade Federal do Paraná

Prof. José Guilherme Silva Vieira

Setor de Ciências Sociais Aplicadas

Universidade Federal do Paraná

Curitiba, Dezembro 2017

*Dedico aos meus pais e minha irmã que, com muito carinho e apoio,
não mediram esforços para que eu chegasse a esta etapa de minha vida.*

Agradecimentos

Agradeço a todos os professores do curso, os quais foram de extrema importância na minha vida acadêmica e no desenvolvimento pessoal.

*“Quanto mais nos elevamos, menores parecemos aos
olhos daqueles que não sabem voar.”*
Friedrich Nietzsche

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar os principais componentes do spread bancário no Brasil, bem como os principais fatores que o afetam. Foi realizada também uma breve análise das principais modalidades de crédito no Brasil, tanto de recursos livres como de recursos direcionados, para identificar aquelas onde os níveis de spread são maiores. Por fim, foi realizada uma análise dos níveis de spread bancário com base nos dados do ano de 2008 a 2014.

Palavras-chaves: Spread Bancário, Instituições Financeiras, Oferta de Crédito.

Abstract

This paper aims to analyze the main components of the banking spread in Brazil, as well as the main factors that affect it. We also performed a brief analysis of the main credit modalities in Brazil, both free resources and targeted resources, to identify those where spread levels are higher. Finally, an analysis of the banking spread levels was carried out based on the data from the year 2008 to 2014.

Key-words: Bank Spread, Financial Institutions, Credit Offer.

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Modelo de Intermediação Bancária.	24
Gráfico 2 – Relação crédito/PIB (2008 a 2014).	26
Gráfico 3 – Evolução do crédito em bilhões de reais.	27
Gráfico 4 – Participação relativa das modalidades de crédito direcionado no Brasil – Jan/2008 a Dez/2013.	28
Gráfico 5 – Meta Selic % a.a..	34
Gráfico 6 – Spread Bancário Prefixado em p.p..	34
Gráfico 7 – Taxa de Juros – Crédito às Pessoas Físicas.	37
Gráfico 8 – Taxa de Juros – Crédito às Pessoas Jurídicas.	38
Gráfico 9 – Inadimplência Nas Operações de Crédito (Março 2011 x Março 2016).	38
Gráfico 10 – Spread Total Bancos Públicos e Privados (Em p.p.).	43
Gráfico 11 – Lucro Líquido dos Seis Maiores Bancos do Brasil 2011 e 2012 (em R\$ bilhões).	45
Gráfico 12 – Selic X TPB.	47

Lista de tabelas

Tabela 1	–	Participação relativa das linhas de crédito no total de empréstimos com recursos livres Pessoa Jurídica Brasil – janeiro de 2008 a dezembro de 2013.	27
Tabela 2	–	Participação relativa das linhas de crédito no total de empréstimos com recursos livres Pessoa Física Brasil – janeiro de 2008 a dezembro de 2013.	28
Tabela 3	–	Decomposição do spread bancário.	32
Tabela 4	–	Decomposição do Spread Bancário Prefixado (Em p.p.).	41
Tabela 5	–	Decomposição do Spread Bancário Prefixado (Em % do spread).	42
Tabela 6	–	Decomposição do Spread Bancário Prefixado Bancos Públicos (Em p.p.).	42
Tabela 7	–	Decomposição do Spread Bancário Prefixado Bancos Privados (Em p.p.).	43
Tabela 8	–	Decomposição do Spread Bancário Prefixado TPB (Em proporção do spread).	46
Tabela 9	–	Decomposição do Spread Bancário Prefixado TPB (Em p.p.).	47

Sumário

1	Introdução	21
2	A formação da taxa de juros & a oferta de crédito no Brasil	23
2.1	A formação da taxa de juros	23
2.2	A oferta de crédito no Brasil	24
2.2.1	A crise financeira de 2008	24
2.2.2	Análise da oferta de crédito	25
2.2.2.1	Relação crédito/PIB	26
2.2.2.2	Recursos Livres e Recursos Direcionados	26
3	O Spread bancário	31
3.1	Decomposição do spread bancário	31
3.2	O spread bancário no Brasil	33
3.2.1	A Taxa Básica de Juros	33
3.2.2	A Inadimplência	35
3.2.3	A Concentração das Atividades Bancárias	35
3.2.4	A Assimetria de Informações	36
4	A taxa de juros	37
4.1	Conclusão	38
5	A análise do spread bancário	41
5.1	O spread bancário prefixado	41
5.2	Spread bancário para clientes preferenciais	45
5.3	Conclusão	48
	Conclusão	49
	Referências	51

1 Introdução

A oferta de crédito no mercado possui um papel extremamente importante na economia. Ela é uma das alternativas que podem auxiliar as famílias para aquisição de bens de consumo bem como alavancar os níveis de investimento dos setores industriais. Dentro desse contexto a taxa de juros do crédito tem um papel fundamental. De acordo com pesquisa realizada pelo site Trading Economics, a qual avalia as taxas de juros de 150 países, o Brasil possui a 14^a maior taxa de juros do mundo.

Diante disso, fica a seguinte questão: quais os fatores determinantes da taxa de juros bancária? E quais os fatores mais relevantes para explicar a formação da taxa de juros bancária brasileira? O Objetivo do trabalho não é tratar da determinação da taxa básica pelo Banco Central, mas dos elevados níveis de spread bancário praticado pelas instituições financeiras. Interessa, portanto, compreender os fatores que tornam a taxa de juros aos tomadores de crédito uma das maiores do mundo. Em um ranking de spread bancário elaborado pelo Banco Mundial no ano de 2014, o Brasil com um valor aproximado de 22% ao ano, ficou atrás apenas de Madagascar (47,6%) e Malawi (31,1%). Países emergentes como Rússia e África do Sul, por exemplo, possuem spreads de 5,1% e 3,3%, respectivamente. Já a China possui spread no valor de 2,9%.

O objetivo deste trabalho é, portanto, discutir os principais determinantes dos níveis do spread bancário brasileiro. Será realizada também uma análise histórica do ano de 2008 a 2014 com base nos relatórios de economia bancária e crédito elaborados pelo Banco Central do Brasil.

Na primeira seção após a introdução será analisada a teoria da formação das taxas de juros por parte das instituições financeiras, com o objetivo de explicar como são formados os níveis de spread bancário. Nesta seção será analisada também a oferta de crédito no Brasil, bem como suas principais modalidades.

Na segunda seção será realizada uma decomposição do spread bancário apresentando seus componentes. Na sequência, serão analisados os principais itens que o impactam, sendo eles a taxa básica de juros, a inadimplência, a concentração das atividades bancárias e a assimetria de informações.

Na terceira seção serão analisados os níveis de taxa de juros cobrados de acordo com cada modalidade de crédito, sendo elas os recursos livres e os recursos direcionados. Serão apresentados também os principais motivos que explicam a diferença das taxas de juros cobradas entre essas formas de crédito.

Na quarta após a introdução é realizada a análise histórica dos dados, a qual é complementada por uma análise dos eventos ocorridos no período. É apresentada também uma hipótese alternativa aquela apresentada ao longo do trabalho.

2 A formação da taxa de juros & a oferta de crédito no Brasil

2.1 A formação da taxa de juros

Para entender a formação da taxa de juros é necessário entender a teoria da moeda endógena. O princípio da teoria da moeda endógena é de que a oferta monetária varia de acordo com a demanda por moeda ou meios de pagamento. De acordo com essa teoria, a moeda é criada à medida que ativos são produzidos e financiados demandando meios de pagamento, já as taxas de juros são determinadas exogenamente pela autoridade monetária. Sendo assim, tem-se que as taxas de juros bancárias são, portanto, determinadas pelos bancos ao passo que a demanda por crédito faz com que a oferta de depósitos venha a crescer.

De acordo com [Keynes \(1937 apud ????, ????\)](#) a demanda por moeda é diferente de preferência pela liquidez. Demanda por moeda é dada por necessidades de transação, enquanto a preferência pela liquidez é resultado de incerteza. A teoria da moeda endógena afirma que a demanda por moeda e meios de pagamento determina a oferta de moedas. Por exemplo, de acordo com Moore, a expansão da oferta de crédito se dá por meio de depósitos criados pelos bancos.

Por outro lado, a preferência pela liquidez é dada pela incerteza do futuro, sendo motivada por razões como precaução e especulação. Como é impossível se ter certeza de que os agentes não vão necessitar de suas reservas para gastos imprevistos ou para usufruto em situações vantajosas inesperadas, os agentes exigem compensações na forma de prêmio ou juros para a perda de sua liquidez. Sendo assim, os bancos assim como os demais agentes econômicos possuem preferência pela liquidez. Com isso, na medida em que vão emprestando suas reservas, tem seu portfólio cada vez mais ilíquido, até um ponto onde exigem retornos maiores na forma de juros bancários para compensar eventuais riscos decorrentes dessa falta de liquidez.

A liquidez dos bancos é garantida pelo Banco Central que satisfaz a demanda por reserva dos bancos, entretanto o desejo dos bancos em fazê-lo depende diretamente do contexto econômico. Em economias em alta os bancos se tornam mais otimistas em relação à concessão de crédito e nas garantias recebidas. O oposto é visto em economias em baixa, onde não atendem a demanda por seus passivos.

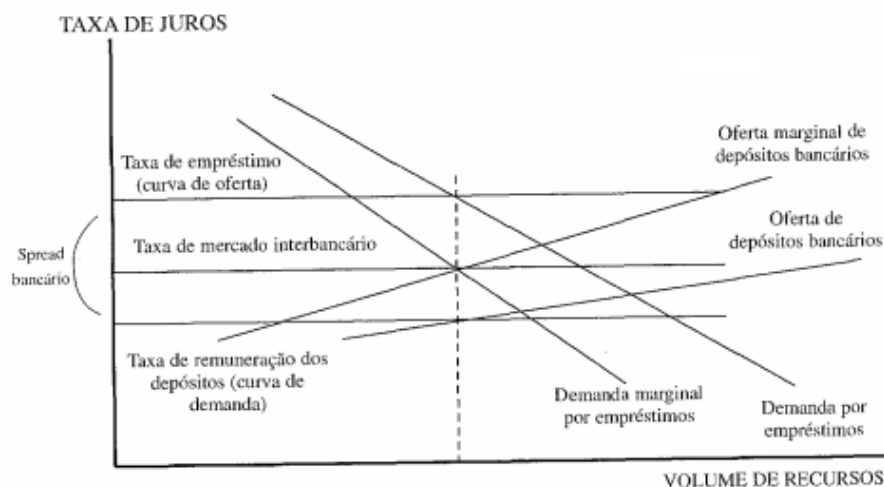
O Banco Central utiliza da preferência pela liquidez para a manutenção do estoque de moeda através da definição de uma taxa básica de juros. Ou seja, de acordo com [Moore \(1988\)](#), o Banco Central exerce, portanto, a política monetária através da fixação da taxa de juros e não por imposição de limites quanto a oferta de crédito. Os bancos por sua vez utilizam de suas próprias preferências à liquidez para definir suas taxas de juros acima da básica e obter seus spreads. Com isso os bancos definem preços através de regras de mark-up ou spread bancário.

A necessidade do Banco Central de garantir as reservas bancárias e o estoque de moeda faz com que as reservas e a base monetária variem endogenamente à demanda de crédito, devido à taxa básica de juros definida na preferência pela liquidez dos agentes.

De acordo com essa teoria, [Moore \(1989\)](#) desenvolveu um modelo de intermediação bancária, conforme gráfico 1.

De acordo com o gráfico 1 nota-se que os bancos definem uma taxa de demanda de depósitos

Gráfico 1: Modelo de Intermediação Bancária.



Fonte: Moore (1989) "A Simple Model Of Bank Intermediation". p. 22..

remunerados (mark-down em relação as taxas de atacado), bem como uma taxa de empréstimos (mark-up em relação as taxas de atacado). O volume de empréstimos, portanto, será definido pela demanda de empréstimos do público à taxa proposta pelos bancos. Em contrapartida o nível de depósitos é determinado através da demanda de depósitos pelo público. Sendo assim, os bancos buscam ajustar os níveis de mark-up e mark-down de maneira que ambos não divirjam muito.

Nas próximas sessões serão listados os fatores mais relevantes que determinam o spread bancário entre mark-up e mark-down pelos bancos comerciais brasileiros. Vale ressaltar que existe uma grande literatura a respeito desses fatores, no entanto não chegam a um consenso sobre quais seriam as mais importantes de fato.

2.2 A oferta de crédito no Brasil

A oferta de crédito no Brasil é composta por instituições financeiras e não financeiras, as quais prestam serviços de intermediação de recursos no curto, médio e longo prazo. Esses recursos destinam-se a pessoas físicas e jurídicas para consumo, capital de giro, aquisição de máquinas para indústria, materiais de construção e veículos por exemplo. Ou seja, o crédito possuiu um papel de extrema importância na economia, pelo fato de que além de financiar em muitos casos o consumo das famílias também contribui para investimentos em setores produtivos. Investimentos esses que, por sua vez, podem gerar melhoramentos tecnológicos, além da geração de empregos, contribuindo com o desenvolvimento do país.

2.2.1 A crise financeira de 2008

A Crise dos bancos Estadunidenses no ano de 2008, a qual foi marcada pela quebra do banco Lehman Brothers impactou diretamente o mercado de crédito no Brasil. Investidores passaram a resgatar seus investimentos e aplicações, com o intuito de cobrir prejuízos ou até mesmo como maneira de se prevenir frente as incertezas do mercado. Em um primeiro momento, houve uma grande redução na oferta de crédito no Brasil, tanto para empresas como para as famílias. Segundo o economista-chefe da Serasa Experian, Luiz Rabi, a inadimplência subiu de 7% em junho de 2008 para 8,5% em junho de 2009 (GASPARIN, 2011). As empresas foram bastante afetadas, principalmente pelo fato de que encontravam

grandes dificuldades para obter financiamentos para investimentos e exportações. Por outro lado, as famílias enfrentavam problemas quanto a aquisição de bens duráveis, como veículos e imóveis.

Com o intuito de amenizar os efeitos da crise financeira o governo brasileiro adotou algumas medidas a fim de melhorar a liquidez dos bancos, bem como facilitar o acesso ao crédito. Primeiramente, foi editada a Medida Provisória número 442, de 6 de outubro de 2008, onde os critérios de avaliação de ativos recebidos em operações de redesconto em moeda nacional ou em garantia de empréstimos em moedas estrangeira foram revistos. Foram reduzidos também os recolhimentos compulsórios e adicionais sobre depósitos à vista, a prazo e em caderneta de poupança, além de depósitos sobre interfinanceiros de sociedades de arrendamento mercantil. Com esta medida as instituições financeiras que recolhiam até 53% de depósitos a vista passaram a recolher até 47%, para depósitos a prazo a redução foi de até 23% para até 19% e de até 25% para até 15% nos casos dos depósitos interfinanceiros de sociedades de arrendamento mercantil. Para cadernetas poupança não houve alterações, mantendo a alíquota em 30%, no entanto, houve um aumento no valor a ser deduzido, reduzindo o recolhimento exigido. Essas medidas foram adotadas conforme circulares do BCB número 3.405, de 14 de setembro de 2008, número 3.408, de 8 de outubro de 2008, número 3.410, de 13 de outubro de 2008, número 3.413, de 14 de outubro de 2008, número 3.426, de 12 de dezembro de 2008 e número 3.427, de 19 de dezembro de 2008.

Paralelamente a redução dos compulsórios, os bancos ainda foram autorizados a utilizar até 70% de seus recolhimentos compulsórios para compra de direitos creditórios no mercado interbancário, conforme circular BCB número 3.411, de 13 de outubro de 2008. Foi autorizada também a dedução da base de cálculo do recolhimento compulsório sobre depósitos a vista e o aditamento voluntário de até sessenta contribuições mensais do Fundo Garantidor de Crédito, conforme circular BCB 3.416, de 24 de outubro de 2008, a fim de aumentar a flexibilidade na realização de depósitos e na aquisição de direitos creditórios de instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil. Para manter aquecido o mercado agrícola, o governo aumentou de 25% para 30% o direcionamento obrigatório de depósitos a vista nas operações de crédito rural, conforme resolução CMN número 3.623, de 14 de outubro de 2008.

Para que as empresas voltassem a ter crédito para investimentos, e a população voltasse a ter acesso a bens duráveis, o governo agiu com um pacote de estímulos, reduzindo o imposto sobre produtos industrializados (IPI) para automóveis, construção civil e eletrodomésticos, criou o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), reduziu o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), alterou o formato de cobrança no imposto de renda pessoa física e estimulou o crédito em bancos públicos. Por outro lado, como forma de estímulo ao investimento e ao consumo o Banco Central do Brasil reduziu a taxa básica de juros, a SELIC, a qual se encontrava na marca de 13,75% ao ano no final de 2008 para 8,75% ao ano no final de 2009.

Com essas medidas, o governo brasileiro conseguiu atravessar a crise sem maiores dificuldades. No entanto, no ano de 2009 a economia sofreu um recuo no PIB de 0,6%. Porém no ano de 2010 a economia voltou a crescer, registrando um avanço no PIB de 7,5%. A população brasileira voltou a ser estimulada a consumir culminando na recuperação das empresas, bem como no aumento da oferta de crédito por parte das instituições financeiras.

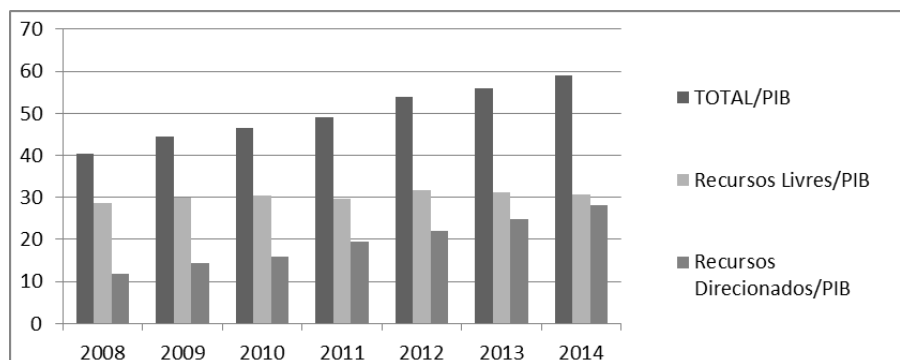
2.2.2 Análise da oferta de crédito

Nesta seção será feita uma análise da relação da oferta de crédito com o Produto Interno Bruto.

2.2.2.1 Relação crédito/PIB

No Brasil a oferta de crédito é mensurada pela relação crédito/PIB, a qual historicamente sempre foi baixa quando comparada a outros países, embora o sistema financeiro ser considerado um dos mais desenvolvidos do mundo. No gráfico 2 é possível observar essa relação do ano de 2008 ao ano de 2014.

Gráfico 2: Relação crédito/PIB (2008 a 2014).



Fonte: BACEN – DEPEP (2014b).

De acordo com o gráfico, é possível observar que a relação crédito/PIB vem crescendo bastante, saindo da marca de 40,5% no ano de 2008 e chegando a marca de 58,9% em 2014. Essa evolução ocorreu devida uma série de fatores. Segundo DIEESE (2014), os principais fatores foram a recuperação do mercado formal de trabalho associado aos crescimentos de rendimentos do trabalho, em virtude de políticas de valorização do salário mínimo, os quais foram obtidos pelas categorias em negociações coletivas. Para o presidente de Federação Brasileira de Bancos (FRBRABAN) Murilo Portugal Filho, a facilidade de acesso aos bancos pelas pessoas devido a evolução tecnológica possibilitou o crescimento. Em apresentação a 25ª Ciab FEBRABAN, Portugal disse que “A tecnologia da informação imprimiu agilidade e segurança na transferência de recursos e contribuiu para o aumento da bancarização da população brasileira”.

Vale ressaltar que até o ano de 2007, a expansão do crédito era maior nas operações realizadas pelos bancos privados. No entanto, com a crise financeira mundial no ano de 2008, os bancos privados restringiram a oferta de crédito. Com isso, a oferta passou a ser sustentada pelos bancos públicos através de financiamentos do setor industrial, pelo BNDES, agricultura, pelo Banco do Brasil, e habitação, pela Caixa Econômica Federal.

2.2.2.2 Recursos Livres e Recursos Direcionados

A oferta de crédito no Brasil é dividida em operações com recursos livres e operações com recursos direcionados. Os recursos livres são compostos por operações de crédito as quais as taxas de juros são livremente acordadas entre as instituições financeiras e os agentes tomadores de crédito. Dentre as principais operações com recursos livres se destacam o crédito pessoal, cartão de crédito, cheque especial, financiamento imobiliário e aquisição de veículos nos casos de pessoa física, e capital de giro, conta garantida, aquisição de bens, vendor, hot money, desconto de duplicatas e desconto de promissórias para pessoa jurídica. Por outro lado, os recursos direcionados tratam de operações de crédito onde as taxas de juros são estabelecidas por normas governamentais baseadas na Resolução 3.932 de 16 de dezembro de 2010. Essa modalidade de crédito visa atender os setores de crédito rural, habitacional e infraestrutura.

Do ano de 2008 a 2014 ambas as modalidades de crédito cresceram. No entanto, após a crise financeira do ano de 2008 a oferta de crédito com recursos direcionados passou a crescer a taxas maiores em relação aos recursos livres. Esse fenômeno se deu devido a intervenção do governo aos setores industrial,

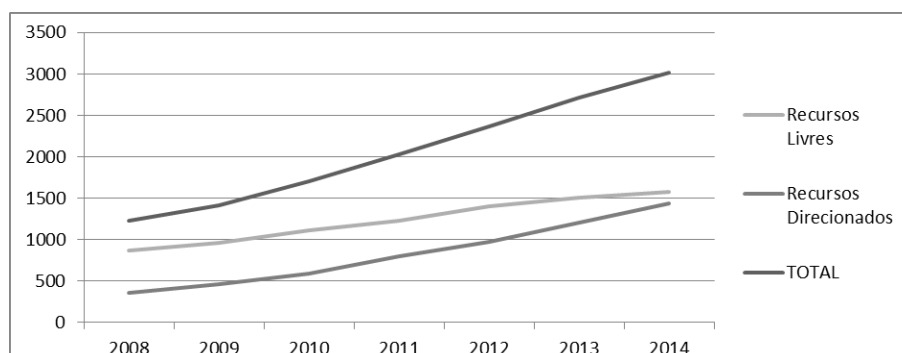
Tabela 1: Participação relativa das linhas de crédito no total de empréstimos com recursos livres Pessoa Jurídica Brasil – janeiro de 2008 a dezembro de 2013.

Itens	jan/08	dez/13	Variao (em p.p.)
Capital de giro	32,70%	50,80%	+18,2 p.p.
Conta garantida	9,70%	5,60%	-4 p.p.
Adiantamento sobre contratos de cambio	9,50%	5,6%	-4 p.p.
Repasse externo	9,3%	3,1%	-6,2 p.p.
Arrendamento mercantil	7,8%	2,6%	-5,2 p.p.
Desconto de duplicatas	4,0%	3,0%	-1 p.p.
Aquisição de veículos	3,0%	2,8%	-0,2 p.p.
Cheque especial	2,8%	1,6%	-1,2 p.p.
Financiamento a importações	2,6%	0,7%	-1,9 p.p.
Desconto de cheques	2,6%	1,2%	-1,4 p.p.
Financiamento a exportações	2,2%	6,6%	+4,4 p.p.
Aquisição de outros bens	0,8%	1,1%	+0,3 p.p.
Cartão de credito	0,6%	0,9%	+0,3 p.p.
Antecipação de faturas de cartão de crédito	0,5%	0,9%	+0,4 p.p.

Fonte: [DIEESE \(2014\)](#).

rural e habitacional, com o aumento da oferta de crédito pelo BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, respectivamente. Essa evolução pode ser observada no gráfico 3.

Gráfico 3: Evolução do crédito em bilhões de reais.



Fonte: [BACEN – DEPEP \(2014b\)](#).

Conforme os dados do Relatório de Economia Bancária e Crédito, elaborado pelo Banco Central do Brasil, os recursos livres aumentaram de 871,2 bilhões de reais no ano de 2008 para 1.577,2 bilhões de reais no ano de 2014. Isso representa um crescimento de 81% ao longo do período. Em contrapartida, os recursos direcionados passaram da marca de 356,1 bilhões de reais em 2008 para 1.440,3 bilhões de reais no ano de 2014. Esse aumento representa uma evolução de 304% no período mencionado. A evolução do crédito total, representada pela soma dos recursos livres e direcionados, por sua vez, obteve uma evolução de 145% no período.

No que diz respeito aos recursos livres para pessoas jurídicas, vale destacar a evolução do capital de giro. Conforme dados da tabela 1.

Essa variação expressiva do capital de giro, de 18,2 p.p. está ligada diretamente aos impactos da crise financeira. Uma vez que após a crise houve redução nas vendas, aumento de custos, aumento de despesas financeiras bem como aumento da inadimplência, a busca por crédito se fez necessária para que as empresas pudessem continuar operando. As demais operações não obtiveram grande participação relativa e apresentaram bastante estabilidade no período estudado.

O destaque dos recursos livres para pessoa física ficou por conta do crédito consignado. A tabela 2 mostra a participação relativa do crédito consignado nas linhas de crédito no total de empréstimos com recursos livres para pessoas físicas no Brasil, onde chega a quase 30% no ano de 2013.

Tabela 2: Participação relativa das linhas de crédito no total de empréstimos com recursos livres Pessoa Física Brasil – janeiro de 2008 a dezembro de 2013.

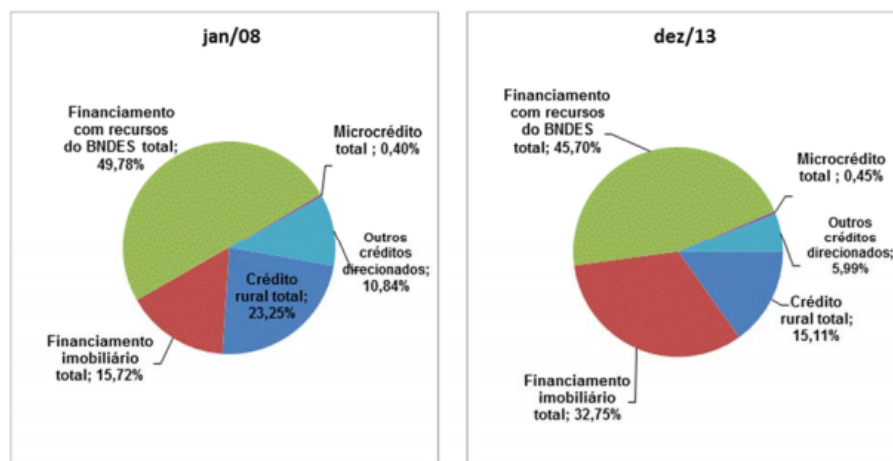
Modalidade	Jan/2008	Dez/2013	variação (em p.p.)
Crédito pessoal consignado total	21,5%	29,8%	+8,2 p.p.
Aquisição de veículos	25,6%	25,9%	+0,3 p.p.
Cartão de crédito total	12,9%	19,4%	+6,5 p.p.
Crédito pessoal não consignado	12,6%	13,1%	+0,6 p.p.
Crédito pessoal não consignado vinculado à renegociação de dívidas	2,6%	2,8%	+0,3 p.p.
Cheque especial	4,4%	2,7%	-1,6 p.p.
Aquisição de outros bens	4,0%	1,5%	-2,4 p.p.
Arrendamento mercantil total	13,3%	1,1%	-12,3 p.p.
Desconto de cheques	0,4%	0,2%	-0,2 p.p.
Outros créditos livres	2,8%	3,5%	+0,6 p.p.

Fonte: DIEESE (2014).

O crédito consignado se trata de uma modalidade de empréstimo pessoal, onde as parcelas são debitadas diretamente em folha de pagamento. Sendo assim, se trata de uma linha de crédito extremamente segura para as instituições financeiras as quais estão fornecendo crédito, uma vez que a cobrança é de responsabilidade do empregador. Por outro lado, para quem toma o empréstimo encontra taxas mais baixas em relação às demais linhas de crédito. Por estas razões, foi possível observar um crescimento acima da média das demais modalidades de crédito, chegando a marca de 8,2 p.p. no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2013. Houve também uma evolução significativa no uso de cartão de crédito. Essa evolução, de 6,5 p.p., deve-se a diversas vantagens existentes tanto para os comerciantes, como para os consumidores. Para os comerciantes, o principal fator é a inexistência de do risco de inadimplência, uma vez que a cobrança das faturas cabe a empresa operadora do cartão. Em contrapartida, para os consumidores o uso do cartão dispensa o uso de dinheiro em espécie, trazendo maior segurança para os mesmos. No que diz respeito a queda no arrendamento mercantil total, ou leasing, segundo o professor de finanças do Instituto de Ensino e Pesquisa Alexandre Chaia, além da queda da demanda das empresas a diminuição do leasing está relacionada também a redução na oferta. Para Chaia, há uma mobilização do Banco Central com o intuito de os bancos aumentarem sua liquidez. Nas palavras de Chaia “Os bancos precisam ter cada vez mais caixa. Então estão se livrando de ativos físicos”.

No que se refere aos recursos direcionados, no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2013 vale destacar a evolução do financiamento imobiliário, gráfico 4.

Gráfico 4: Participação relativa das modalidades de crédito direcionado no Brasil – Jan/2008 a Dez/2013.



Fonte: DIEESE (2014).

O crescimento do crédito imobiliário de 15,72% em 2008 para 32,75% em 2014 teve influência de diversos fatores. Dentre esses fatores, vale destacar o aumento da renda das famílias, o aumento da atuação dos bancos privados e principalmente ao incentivo do governo aos programas de aquisição de imóveis, como por exemplo, o “Minha Casa, Minha Vida”. O crescimento dessa modalidade de crédito fez com que a razão Crédito Imobiliário/PIB também crescesse. Em 2008 a razão que era de 1,84% chegou a 8,22% em 2013, de acordo com dados do Banco Central do Brasil. No entanto, mesmo com esse grande crescimento, essa razão no Brasil ainda é extremamente baixa quando comparado a outros países como Estados Unidos da América, Chile e Espanha aonde os valores chegam a 67,6%, 60,5% e 19,7% respectivamente, de acordo com dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – ABECIP.

O crédito rural, o qual é destinado aos produtores, cooperativas e associações, apesar da diminuição de sua participação relativa de 23,25% em janeiro de 2008 para 15,11% em dezembro de 2013, aumentou sua participação no Produto Interno Bruto. A participação que era de 3,36% do PIB passou para 4,56%. Os produtores rurais tem a possibilidade de solicitar o crédito tanto como pessoa física como pessoa jurídica junto aos bancos ou até mesmo cooperativas de crédito. É possível solicitar também financiamento através de programas de concessão de crédito do governo, como o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP) além das linhas específicas do BNDES.

O financiamento de recursos do BNDES que engloba, além do crédito agroindustrial, as linhas de capital de giro e financiamentos de investimento, apresentou redução na participação relativa de 49,78% para 45,7%. No entanto o saldo das operações de crédito com recursos de BNDES para capital de giro para pessoas jurídicas cresceu 99% e o financiamento de investimentos às empresas cresceu 170%, de acordo com dados do Banco Central do Brasil.

3 O Spread bancário

Neste capítulo será realizada uma decomposição do spread bancário, analisando seus componentes. Posteriormente serão avaliados os principais determinantes do spread bancário no Brasil.

3.1 Decomposição do spread bancário

De acordo com o Banco Central do Brasil o spread se trata da diferença em pontos percentuais entre a taxa de juros de aplicação nas operações de empréstimos e de captação de recursos. Para [Costa \(2004\)](#):

“Primeiramente há que se definir precisamente o que seja spread. E este é definido como sendo a diferença entre o custo de captação dos bancos e o custo cobrado por esse banco quando ele concede um empréstimo. Portanto não se configura aí o lucro do banco pois há que se deduzir os custos vinculados à atividade de captação e empréstimo.”

A taxa de captação consiste na remuneração que as instituições financeiras pagam aos agentes econômicos com o intuito de captar recursos para posteriormente conceder empréstimos. As aplicações financeiras mais comuns são o Certificado de Depósito Bancário e a caderneta de poupança, onde existem custos as instituições financeiras e depósitos a vista onde não existem custos. Em contrapartida, a taxa de aplicação se trata dos juros cobrados nas operações de empréstimos e financiamentos acordadas entre as instituições financeiras e os agentes econômicos.

A partir do ano de 2008 foi introduzida uma nova metodologia para o cálculo da decomposição do spread. Essa nova decomposição, de acordo com o Relatório de Economia Bancária e Crédito (REBC) elaborado pelo Banco Central do Brasil visa ser cada vez mais fiel aos registros dos balanços das instituições financeiras. A principal alteração consistiu na mensuração dos efeitos causados por subsídios cruzados dado o direcionamento obrigatório de uma fatia dos depósitos a vista e de poupança para aplicação em crédito habitacional ou rural. Nessa metodologia, a taxa de captação de referência passa a ser a taxa de captação de depósitos a vista, poupança e taxas dos certificados depósitos bancários (CDB). Foram incorporados também os impactos do fundo garantidor de crédito (FGC), além da separação dos tributos dadas as bases de cálculos. Sendo assim, o spread médio das operações de crédito pode ser dividido em cinco itens, sendo eles os custos administrativos, a inadimplência, os custos de direcionamentos, os encargos fiscais e margem líquida, conforme a tabela 3.

Os custos administrativos tratam da parcela do spread referente às despesas de manutenção das instituições financeiras, como por exemplo salários de funcionários, treinamentos, investimentos em tecnologia, máquinas, energia, publicidade e propaganda, materiais de escritório, entre outros.

A inadimplência é responsável por grande parte do spread. Esse item se refere às perdas que as instituições financeiras estimam ter como o não pagamento dos empréstimos por parte dos tomadores de crédito. Como forma de se prevenir as instituições provisionam parte do valor obtido pelo spread. O valor resguardado se baseia nos parâmetros da resolução CMN número 2.682, de 21 de dezembro do ano de 1999. De acordo com essa resolução, as instituições financeiras bem como as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem realizar uma classificação das operações de crédito em ordem crescente de risco conforme os seguintes níveis:

Tabela 3: Decomposição do spread bancário.

Componentes
1 – Spread Total
2 – Custo Administrativo
3 – Inadimplência
4 – Custo de Direcionamento (Compulsório + Subsídio Cruzado)
5 – Encargos Fiscais e FGC
6 – Impostos
7 – Custo do FGC
8 – Margem Bruta, Erros e Omissões
9 – Impostos Diretos
10 – Margem líquida, Erros e Omissões

Fonte: [BACEN – DEPEP \(2008\)](#).

- i. nível AA;
- ii. nível A;
- iii. nível B;
- iv. nível C;
- v. nível D;
- vi. nível E;
- vii. nível F;
- viii. nível G;
- ix. nível H.

A classificação das operações deve, portanto, ser realizada baseando-se em critérios consistentes e verificáveis, com auxílio de informações internas e externas, contemplando alguns aspectos em relação ao seu devedor e seus garantidores e a operação, tais como:

- situação econômico – financeira;
- grau de endividamento;
- capacidade de geração de resultados;
- fluxo de caixa;
- administração e qualidade de controles;
- pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- contingências;
- setor de atividade econômica;
- limite de crédito;
- natureza e finalidade da transação;
- características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez;
- valor.

O custo de direcionamento é dividido em duas partes, sendo elas o custo da manutenção de recolhimentos compulsórios e os subsídios concedidos ao crédito rural e ao habitacional. Vale lembrar que apesar de obrigatório os recolhimentos compulsórios são remunerados. Sendo assim, não impactam de maneira expressiva o valor do spread. Já os subsídios cruzados são calculados com base nas operações direcionadas para cada instituição financeira, dada a receita bruta menos os custos.

Os encargos fiscais são formados pelos impostos sobre a concessão de crédito e sobre os resultados obtidos nas operações e contribuições para o fundo garantidor de crédito (FGC). Dentre esses tributos estão a contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) e o programa de integração social (PIS). Os custos advindos das contribuições para o FGC são estimados dadas as captações de depósitos a vista, depósitos a prazo bem como depósitos em conta poupança.

As obrigações por parte das instituições financeiras referentes ao imposto de renda (IR) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculadas individualmente sobre as suas respectivas receitas líquidas. Receitas estas que são oriundas de operações de crédito livre, direcionado e de recolhimentos compulsórios. Esses efeitos são observados através do item impostos diretos. Por fim, a margem líquida, erros e omissões é de fato a margem de lucro das instituições financeiras além de possíveis erros de estimação de dados.

3.2 O spread bancário no Brasil

Qual seria a explicação para um spread bancário tão alto no Brasil? Não há uma única resposta para a questão. Dentre as principais respostas, pode-se destacar a elevada taxa básica de juros, a inadimplência, a concentração das atividades bancárias e a assimetria de informações.

3.2.1 A Taxa Básica de Juros

Para [Oliveira, Carvalho et al. \(2007\)](#), o elevado spread bancário brasileiro se deve a elevada taxa básica de juros (SELIC):

“[...] a prática de elevada taxa de juros básica da economia faz aumentar o spread bancário não somente por elevar o risco de inadimplência envolvido nas operações de crédito, já que o aumento do custo de captação implica maior taxa de juros final e, ao cabo, problematiza a capacidade de pagamento do mutuário, mas também por implicar um alto custo de oportunidade envolvido na concessão de empréstimos, custo este representado pela taxa própria de juros dos títulos públicos federais.”

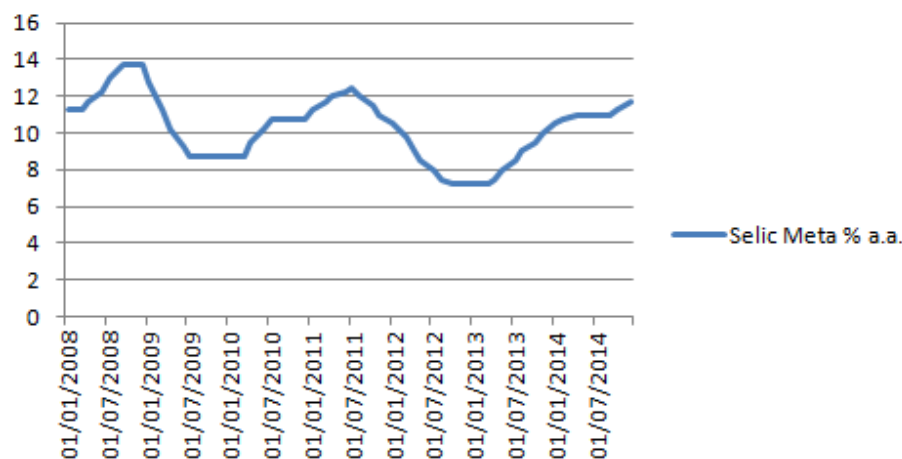
Ou seja, uma vez que as instituições financeiras podem ter seu capital remunerado a uma taxa básica de juros investindo em títulos públicos federais sem risco, a disposição para investir recursos na oferta de crédito para o setor privado fica cada vez menor. Consequentemente, com a escassez de oferta de recursos seus preços tendem a subir. Para o professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) Giuliano Contento de Oliveira, esse fenômeno trata-se dos custos de oportunidade de se emprestar dinheiro no Brasil, onde se torna mais vantajoso para os bancos a aplicação de seus recursos em títulos públicos quando se tem uma elevada taxa básica de juros.

Na visão de [Paula e Jr \(2006\)](#), a influência da taxa básica de juros sobre o spread bancário se dá por meio da existência de títulos públicos atrelados à Selic compondo a carteira de investimentos dos bancos. Assim como na visão de [Oliveira, Carvalho et al. \(2007\)](#), na medida em que se tem uma aplicação livre de riscos associada a uma liquidez imediata os custos de oportunidade para os bancos emprestem

recursos aumenta. Em consequência disso as instituições financeiras passam a exigir um prêmio pelo risco de conceder crédito cada vez maior.

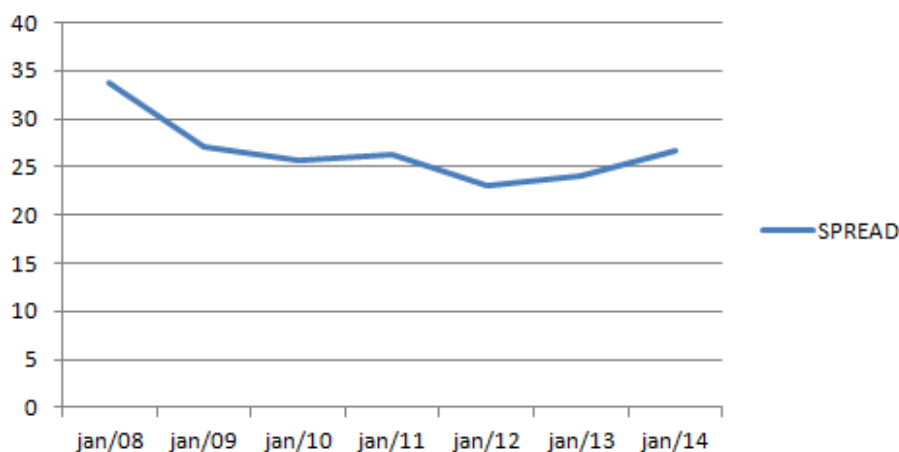
No estudo realizado por [Alencar \(2003\)](#), observa-se que as taxas de juros cobradas pelos bancos para pessoas físicas e jurídicas estão diretamente relacionada com a taxa básica de juros. Segundo o autor, apesar da grande diferença existente entre a Selic e as taxas de juros bancárias, alterações da Selic são repassadas quase que totalmente as taxas de juros das operações de crédito dos bancos. Nos gráficos 5 e 6 é possível observar a relação entre a Selic Meta e o spread médio das operações de crédito do ano de 2018 ao ano de 2014.

Gráfico 5: Meta Selic % a.a..



Fonte: BACEN – DEPEP (2014a).

Gráfico 6: Spread Bancário Prefixado em p.p..



Fonte: BACEN – DEPEP (2014b).

Por outro lado, [Afanasieff et al. \(2002\)](#) chegaram a conclusão de que o aumento na taxa básica de juros impacta o spread bancário devido ao consequente aumento nas taxas de captação de recursos por parte dos bancos. Com isso as expectativas dos agentes são afetadas negativamente, aumentando o risco de crédito das operações incorrendo um aumento no risco de inadimplência.

Por fim, para o economista André Modenesi, o principal motivo do aumento do spread bancário quando há aumento na Selic, trata da existência dos títulos públicos indexados à Selic (LFT). Esses títulos além de possuírem uma elevada liquidez e alta rentabilidade, possuem um risco desprezível. Sendo assim,

os bancos brasileiros, em tese, não precisam liberar crédito, basta comprarem LFT. Segundo [Oliveira, Carvalho et al. \(2007\)](#):

“[...] a prática de elevada taxa de juros básica da economia faz aumentar o spread bancário não somente por elevar o risco de inadimplência envolvido nas operações de crédito, já que o aumento do custo de captação implica maior taxa de juros final e, ao cabo, problematiza a capacidade de pagamento do mutuário, mas também por implicar um alto custo de oportunidade envolvido na concessão de empréstimos, custo este representado pela taxa própria de juros dos títulos públicos federais.”

3.2.2 A Inadimplência

Para [Bandeira \(2012\)](#), a inadimplência é o principal causa dos elevados spreads bancários. A partir do ano de 2008, com a crise mundial, notou-se um cenário de grande instabilidade econômica. Neste cenário as instituições financeiras, face o consequente aumento do risco de inadimplência, ficaram cada vez mais ariscas quanto a oferta de crédito. Sendo assim, para contrabalancear o risco de inadimplência as instituições passaram a cobrar mais juros para concessão de empréstimos. Atualmente, segundo estudo realizado pela Serasa existe cerca de 60 milhões de inadimplentes no Brasil, totalizando uma dívida de R\$ 256 bilhões. Segundo [Oreiro et al. \(2006\)](#):

“[...] a atividade de intermediação expõe o banco à incerteza quanto à taxa de retorno dos empréstimos. Esta incerteza decorre do fato de que uma parte dos empréstimos não será devolvida em razão da inadimplência voluntária ou não dos tomadores. O percentual de empréstimos em default, contudo, não é uma variável conhecida ex-ante pelo banco, que pode apenas estimar uma probabilidade de default.”

Outro fator associado a inadimplência são as avaliações por parte das instituições financeiras da capacidade de pagamento dos seus clientes, os chamados escores de crédito. Os escores são uma espécie de nota a qual os bancos atribuem aos clientes dada uma probabilidade de não pagamento de suas obrigações, baseada em uma análise no histórico do consumidor independentemente de seu nome estar, ou não com restrições nos bancos de dados como Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e Serasa. Ou seja, quanto maior sua nota, maior sua chance de não conseguir honrar com suas dívidas. Sendo assim, o escore serve como uma balança para os bancos, onde se tem de um lado o risco do cliente e de outro o “prêmio do risco” de conceder crédito. Quanto maior o escore, maiores tendem a serem os juros das operações.

Associado ainda a inadimplência, vale ressaltar a importância da taxa de desemprego do país. Para [Oreiro et al. \(2006\)](#), através da taxa de desemprego é possível obter uma expectativa da demanda por crédito. A medida em que essa taxa aumenta, a tendência é de que a demanda por crédito diminua e consequentemente diminuem também as taxas de juros. Por outro lado, pode-se pensar também que um aumento na taxa de desemprego sinaliza que a economia do país não anda bem, fazendo com que os bancos fiquem cada vez mais ariscos quanto a oferta de crédito e em consequência disso exijam uma maior prêmio pelo risco de ofertar crédito, aumentando o spread bancário.

3.2.3 A Concentração das Atividades Bancárias

O setor bancário brasileiro caracteriza-se pela existência de economias de escala. Isso se deve ao fato de que as atividades bancárias são extremamente intensivas em informações e os custos por ela gerada independem do tamanho da firma. De acordo com [Paula e Oreiro \(2008\)](#) “a escala mínima de eficiência de uma firma bancária típica tenderá a ser muito elevada, favorecendo, portanto, a concentração do setor em grandes bancos”.

Na visão de Solow (2016), a concentração das atividades bancárias é um dos fatores que contribuem em grande parte para os elevados spreads bancários no Brasil. De acordo com dados divulgados pelo Banco Central em março de 2016, existiam 1.478 instituições financeiras as quais declararam que possuíam ao menos um real de ativos, totalizando o valor de R\$8,3 trilhões. No entanto, 85,2% desses ativos estão concentrados nas mãos dos 10 maiores bancos, sendo eles Banco do Brasil S. A., Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco Banco Múltiplo S. A., Banco Bradesco S. A., Banco Santander S. A., Banco BTG, HSBC Bank Brasil S. A., BANRISUL, BANCOOB, e Citibank. Sendo assim, dada essa concentração e tendo em vista que o produto básico dos bancos é a oferta de crédito existe a possibilidade de aumentarem seus juros e consequentemente o spread bancário.

Para o jornalista Luis Nassif, a baixa competição na liberação de crédito faz com que as instituições financeiras, por sua vez, seja altamente seletivas na oferta de empréstimos. Com isso, em momentos de incerteza é natural que os bancos racionem cada vez mais a oferta de crédito, e consequentemente há uma elevação nos níveis de spread. Vale ressaltar ainda que o setor bancário vem ganhando uma participação cada vez maior na vida dos brasileiros. Essa participação está relacionada com o fato de que essas instituições além da oferta de crédito estão oferecendo também serviços de seguros, planos de saúde e previdência por exemplo. Ou seja, além da concentração bancária se observa um aumento na concentração de serviços das pessoas com as instituições financeiras.

3.2.4 A Assimetria de Informações

Outro fator que pode explicar os valores tão expressivos de spread se devem a grande assimetria de informações entre os tomadores de recursos e as instituições financeiras. Ao passo que se tem de um lado os bancos, os quais são altamente especializados e possuem um enorme suporte de informações para obter o custo do dinheiro em tempo real, do outro se tem consumidores que muitas vezes não tem capacidade de filtrar as informações disponíveis no mercado. Com isso, pode-se concluir que parte do spread se origina de negociações onde há uma grande disparidade de quantidade e qualidade de informações. Para reverter esse quadro, seria necessário que houvesse um maior investimento por parte dos tomadores de crédito em capacitação pessoal e sistemas para equiparar as negociações, o que na maioria dos casos é inviável. Segundo Porter e Advantage (1985):

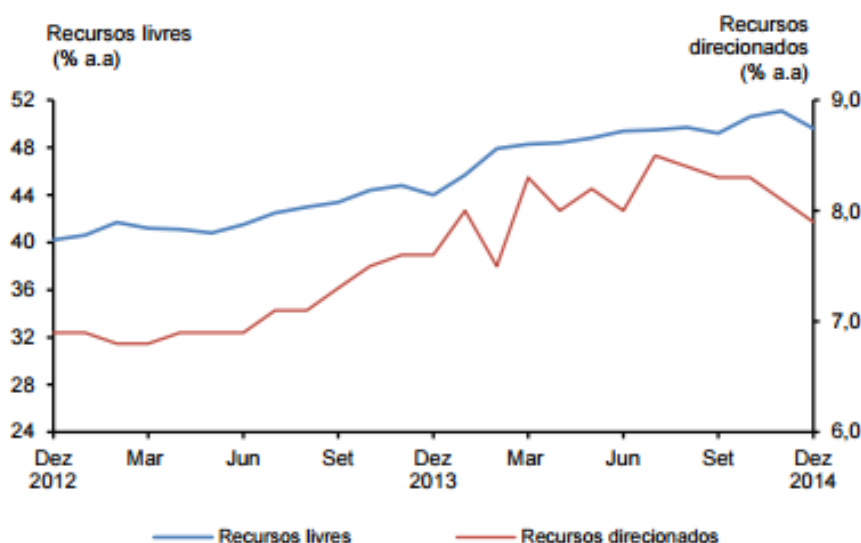
“Quando o comprador tem todas as informações relativas à demanda, os preços reais de mercado, os custos dos fornecedores, ele aumenta o seu poder de negociação em relação a uma situação de informação deficiente. Assim, com informação total, os compradores têm condição de assegurar o recebimento dos melhores preços e contestar as queixas dos fornecedores de que sua rentabilidade está ameaçada.”

Nas seções seguintes será realizada uma decomposição do spread bancário no Brasil. Nessa decomposição será feita uma análise dos principais componentes do spread bancário bem como uma análise das taxas de juros cobradas no Brasil.

4 A taxa de juros

As taxas de juros cobradas no mercado variam bastante tanto de recursos direcionados para recursos livres, como de pessoas jurídicas para pessoas físicas. Os gráficos a seguir mostram essas diferenças.

Gráfico 7: Taxa de Juros – Crédito às Pessoas Físicas.



Fonte: BACEN – DEPEP (2014b).

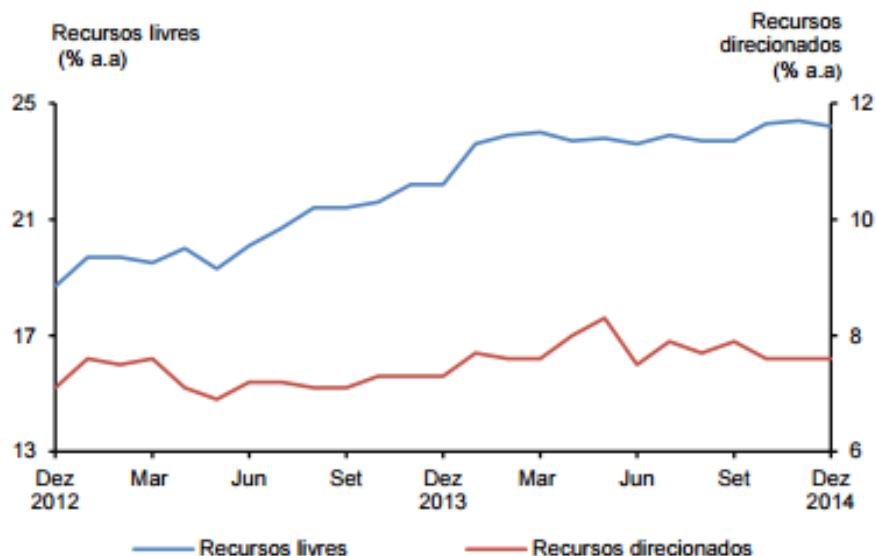
Pode-se observar no gráfico 7 que houve uma grande elevação na taxa de juros de recursos livres, chegando a 49,6% a.a. em dezembro de 2014. Esse crescimento pode ser explicado face as evoluções no crédito pessoal não consignado, no cartão de crédito rotativo e no cheque especial. No que tange os recursos direcionados, o custo das operações também evoluiu, chegando a 7,9% a.a.. Esse crescimento da taxa de juros foi impulsionado pelos aumentos nas taxas de juros dos segmentos rural e imobiliário.

No que se refere as taxas de juros cobradas das pessoas jurídicas, a taxa média foi de 16,5%. Do ano de 2012 a 2014 as taxas de juros com recursos livres e direcionados, assim como no caso de pessoas físicas, também se elevaram, gráfico 8.

Nas operações com recursos livres, a taxa de juros chegou a 24,2% a.a., a qual foi estimulada pelas altas nas taxas de capital de giro e nas modalidades de contas garantidas. Por outro lado para os recursos direcionados as taxas pouco variaram, e chegaram a 7,6% a.a. O pequeno crescimento se deu por conta de elevações nos custos com o crédito rural, com taxas reguladas bem como operações com recursos do BNDES.

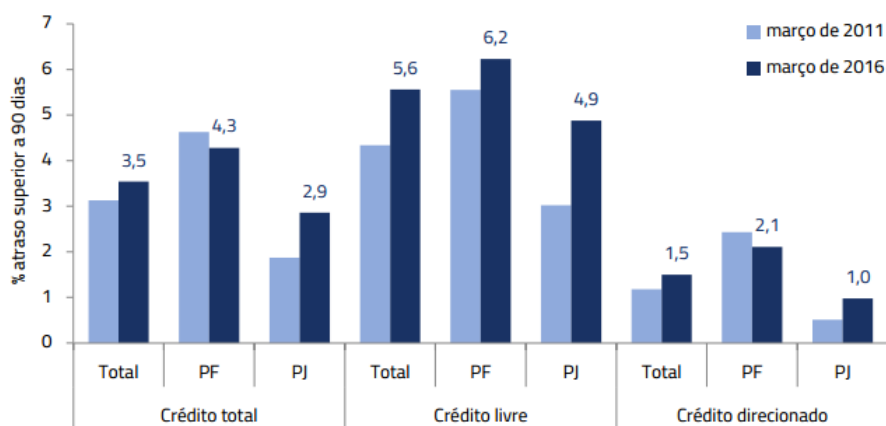
Essa grande discrepância entre as taxas de juros cobradas para pessoas físicas e pessoas jurídicas pode ser explicada pela inadimplência nas operações de crédito. O percentual de atrasos nos pagamentos das obrigações superior a 90 dias para pessoas físicas supera o percentual para pessoas jurídicas. No gráfico 9, é possível observar essa diferença, comparando dados de março de 2011 com dados de março de 2016:

Gráfico 8: Taxa de Juros – Crédito às Pessoas Jurídicas.



Fonte: BACEN – DEPEP (2014b).

Gráfico 9: Inadimplência Nas Operações de Crédito (Março 2011 x Março 2016).



Fonte: BACEN – DEPEP (2016).

4.1 Conclusão

O direcionamento de recursos pode ser explicado também como um mecanismo de política com o intuito de direcionar recursos financeiros a determinados setores da economia e, em especial, com taxas subsidiadas. No Brasil, por exemplo, a política de direcionamento de crédito segue as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Vale ressaltar que são os bancos públicos os principais ofertantes dessas modalidades de crédito, sendo eles a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o BNDES.

Conforme visto nessa seção, a diferença das taxas de juros cobradas entre recursos livres e direcionados chegou a marca dos 40 p.p. para pessoas físicas e a quase 20 p.p. para pessoas jurídicas. Em contrapartida, a diferença nos níveis de inadimplência nos créditos livres para pessoas físicas foi de 4,1p.p. e de 3,9p.p. para pessoas jurídicas. Ou seja, a inadimplência, apesar de ter sua relevância, não explica sozinha os níveis de spread bancário. Essa diferença expressiva nas taxas cobradas entre recursos livres e direcionados, pode ser explicada, portanto, pela intervenção do governo através dos bancos públicos

nos créditos direcionados. Sendo assim, pode-se concluir que com a intervenção do governo nas taxas de juros, através dos bancos públicos, os bancos privados são pressionados a baixar também suas taxas a níveis menores do que seriam praticados livremente. Uma vez que esses juros nos créditos direcionados são reduzidos, os bancos, por sua vez, repassam esse “prejuízo” para os recursos livres. De acordo com [BACEN – DEPEP \(2005\)](#), no ano de 2001 o subsídio cruzado, o qual se originou quando foi determinado que o crédito direcionado fosse feito por taxas subsidiadas menores que as de mercado, correspondeu a cerca de 7% no spread bancário nas operações com recursos livres.

5 A análise do spread bancário

Nesta seção será analisado o spread bancário no Brasil, destacando os itens mais relevantes de sua composição. Será realizada também uma comparação entre os spreads bancário dos bancos públicos em relação aos bancos privados.

5.1 O spread bancário prefixado

Atualmente no Brasil, existe uma grande divergência de pontos de vista em relação ao elevado nível do spread bancário. De um lado se tem o governo e a população, onde alegam que o spread bancário se deve a ganância dos banqueiros na busca por lucros. Em contrapartida, os banqueiros alegam que os elevados níveis de inadimplência, depósito compulsório bem como impostos é que geram um elevado spread bancário.

De acordo com os Relatórios de Economia Bancária e Crédito divulgados pelo Banco Central do Brasil é possível ter uma ideia dos itens mais relevantes na composição do spread bancário, conforme a tabela 4

Ao observar os dados da tabela 3 nota-se que não houve variação expressiva no Spread Total, variando de 24,86% do ano de 2007 a 26,62% no ano de 2014. Vale lembrar que o Spread Total trata da diferença da Taxa de Aplicação para a Taxa de Captação, o que não corresponde ao lucro das instituições financeiras. Nota-se também que a maior parcela da decomposição do spread bancário corresponde ao item Margem Bruta, Erros e Omissões, esse sim correspondendo aos lucros auferidos pelos bancos. Os itens inadimplência, custos administrativos e compulsório também impactam o spread bancário, porém de maneira menos significativa. Os dados ficam mais claros ao observar a tabela 5 onde é feita a decomposição do spread bancário em proporção do spread.

Com a tabela 4 é possível constatar que o valor referente ao lucro dos bancos correspondeu do

Tabela 4: Decomposição do Spread Bancário Prefixado (Em p.p.).

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
A - Taxa de Aplicação	35,19	46,34	35,31	34,74	36,48	29,77	33,36	37,27
B - Taxa de Captação	10,33	12,51	8,17	9,09	10,22	6,64	9,20	10,65
1 - Spread Total	24,86	33,83	27,14	25,65	26,26	23,13	24,16	26,62
2 - Custo Administrativo	3,32	2,82	3,07	2,80	2,57	3,13	2,84	2,46
3 - Inadimplência	6,45	8,13	7,80	6,40	6,33	6,95	6,43	6,58
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	0,95	1,38	1,09	0,76	0,33	0,80	0,60	0,76
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	14,14	21,51	15,18	15,68	17,03	12,25	14,28	16,81
6 - Impostos Diretos	4,81	8,60	6,07	6,27	6,81	4,90	5,71	6,76
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	9,33	12,91	9,11	9,41	10,22	7,35	8,57	10,05

Fonte: BACEN – DEPEP (2014b).

Tabela 5: Decomposição do Spread Bancário Prefixado (Em % do spread).

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1 - Spread Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2 - Custo Administrativo	13,36	8,32	11,31	10,92	9,80	13,52	11,77	9,23
3 - Inadimplência	25,96	24,02	28,75	24,94	24,09	30,06	26,62	24,73
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	3,82	4,07	4,01	2,98	1,26	3,46	2,49	2,87
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	56,86	63,59	55,93	61,15	64,84	52,97	59,11	63,17
6 - Impostos Diretos	19,34	25,43	22,38	24,46	25,94	21,19	23,64	25,41
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	37,53	38,15	33,56	36,69	38,91	31,77	35,47	37,75

Fonte: BACEN – DEPEP (2014b).

Tabela 6: Decomposição do Spread Bancário Prefixado Bancos Públicos (Em p.p.).

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
A - Taxa de Aplicação	31,93	38,56	31,28	33,92	34,64	23,66	23,72	27,19
B - Taxa de Captação	10,03	12,31	8,12	9,07	11,09	6,71	11,24	13,42
1 - Spread Total	21,89	26,25	23,16	24,85	23,55	16,95	12,48	13,77
2 - Custo Administrativo	4,01	2,73	2,85	2,87	2,43	2,77	1,58	1,35
3 - Inadimplência	7,51	8,03	7,02	6,30	5,64	5,15	3,42	3,70
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	0,73	1,07	0,92	0,71	0,67	0,64	0,40	0,45
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	9,64	14,42	12,37	14,97	14,81	8,40	7,08	8,27
6 - Impostos Diretos	3,28	5,77	4,95	5,99	5,92	3,36	2,83	3,34
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	6,36	8,65	7,42	8,98	8,89	5,04	4,25	4,93

Fonte: BACEN – DEPEP (2014b).

ano de 2007 a 2014 a pelo menos 52,97% do valor do Spread Total. Nota-se também uma redução de quase 30% nos custos administrativos os quais caíram de 13,36% em 2007 para 9,23% em 2014. Pode-se concluir então que os elevados juros têm como principal responsável os próprios bancos, face seus elevados lucros. Não que os demais componentes do spread bancário não sejam importantes.

Vale ressaltar que há também uma diferença nos valores do spread bancário entre os bancos públicos e os bancos privados. As tabelas 6 e 7 decompõem o spread bancário dos bancos públicos e privados para facilitar a análise.

Ao observar a tabela 6, a respeito da decomposição do spread bancário para bancos públicos, é possível notar uma expressiva redução tanto nos custos administrativos como na inadimplência. A tabela 6 apresenta o caso dos bancos privados, onde também houve redução expressiva nos custos administrativos. No entanto houve uma elevação na inadimplência superando os valores dos bancos públicos. Essa elevação na inadimplência, por sua vez, pode ser explicada pelo fato de que os bancos públicos nesse período focaram seus recursos em modalidades de crédito as quais possuíam de menor risco, como por exemplo,

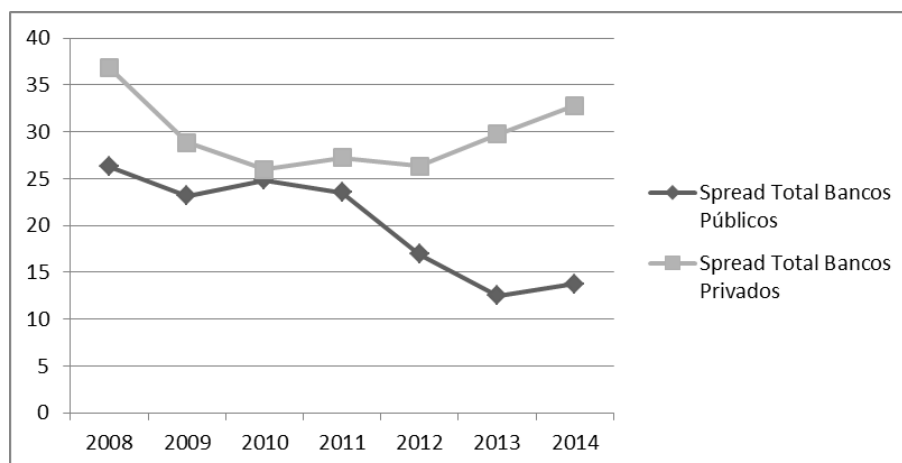
Tabela 7: Decomposição do Spread Bancário Prefixado Bancos Privados (Em p.p.).

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
A - Taxa de Aplicação	36,22	49,36	37,06	35,07	37,18	32,93	38,78	43,21
B - Taxa de Captação	10,40	12,57	8,19	9,10	9,94	6,62	9,05	10,44
1 - Spread Total	25,82	36,80	28,87	25,97	27,24	26,32	29,72	32,78
2 - Custo Administrativo	3,74	3,01	3,57	3,37	2,92	3,31	3,17	2,79
3 - Inadimplência	6,05	7,98	8,26	6,80	7,41	8,25	7,63	7,24
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	1,11	1,52	1,15	0,89	0,37	0,97	0,48	0,78
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	14,92	24,28	15,89	14,90	16,54	13,79	18,44	21,96
6 - Impostos Diretos	5,08	9,72	6,36	5,98	6,62	5,52	7,38	8,80
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	9,84	14,55	9,53	8,93	9,92	8,27	11,06	13,16

Fonte: BACEN – DEPEP (2014b).

crédito consignado e crédito imobiliário. No entanto, os dados que mais chamam a atenção são os referentes aos valores de spread total, gráfico 10.

Gráfico 10: Spread Total Bancos Públicos e Privados (Em p.p.).



Fonte: BACEN – DEPEP (2014b).

Nota-se no gráfico que do ano de 2008 em diante o spread total tem sido superior no caso dos bancos privados em relação aos bancos públicos. No entanto os efeitos da crise de 2008 inicialmente afetaram mais os bancos privados. Isso se deve ao fato de que até que o governo adotasse medidas para recuperação da oferta de crédito, houve um aumento das taxas de juros aliado a um aumento nas restrições de recursos aos tomadores de crédito face o aumento da inadimplência. Por outro lado, para os bancos públicos, o governo brasileiro interviu na economia incentivando a oferta de recursos direcionados nos bancos públicos, nas áreas industriais, rural e habitacional por meio do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, respectivamente. Porém, o ano de 2012 é o que mais chama a atenção no gráfico devido a discrepância entre os spreads dos bancos públicos e privados.

Primeiramente é necessário destacar a importância da taxa básica de juros da economia, a Selic. As taxas de juros do mercado têm como base fundamentalmente a taxa Selic. Logo, uma Selic baixa sugere

taxas de juros mais baixas na economia ao passo que uma Selic alta sugere elevadas taxas de juros. Em outubro do ano de 2012, o Banco Central reduziu a taxa ao nível mais baixo da história, chegando a marca de 7,25% ao ano. Essa mesma taxa chegou a 45% no governo Fernando Henrique Cardoso, por exemplo. Pode-se dizer então que a Selic é uma espécie de determinante do custo do dinheiro. Quando ela está em patamares elevados os investidores, incluindo os bancos, optam por aplicar seus recursos em investimentos os quais remuneram de acordo com a taxa básica, como por exemplo títulos da dívida pública. Quando está em níveis mais baixos os investidores buscam alternativas, no caso dos bancos, a oferta de crédito.

Em discurso realizado em 2012, a então presidente da república Dilma Rousseff articulou a respeito dos juros praticados pelos bancos brasileiros. Segundo a ex-presidente “a taxa Selic está caindo, a economia se mantém estável e a maioria esmagadora dos brasileiros honra com presteza e honestidade seus compromissos”. Com isso, foi iniciado um programa contra o spread dos bancos privados. Esse plano do governo tinha como base dois grandes bancos públicos, sendo eles o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Foi realizada então uma intervenção indireta do governo, o qual orientou os bancos públicos a iniciar um programa de redução de juros a pessoas físicas e jurídicas. Foram implantadas ações como o Caixa Melhor Crédito (CEF) e o Bom Pra Todos (BB). O programa Caixa Melhor Crédito tinha como principal objetivo a redução das taxas de juros nas principais operações. O programa atende tanto pessoas físicas como jurídicas. As linhas de crédito para pessoas físicas são para financiamento de veículos, antecipação de imposto de renda, crédito pessoas, crédito pessoal automático ou CDC automático, crédito consignado, cartão de crédito e cheque especial. Para pessoas jurídicas foram disponibilizados descontos de títulos bem como o giro caixa fácil. O programa Bom Pra Todos é bem semelhante com o adotado pela Caixa Econômica Federal, que também tem como objetivo a redução das taxas de juros praticadas no mercado. Foram criadas linhas de crédito pessoal e consignado, linhas de crédito para micro e pequenas empresas além de financiamento de imóveis e automóveis.

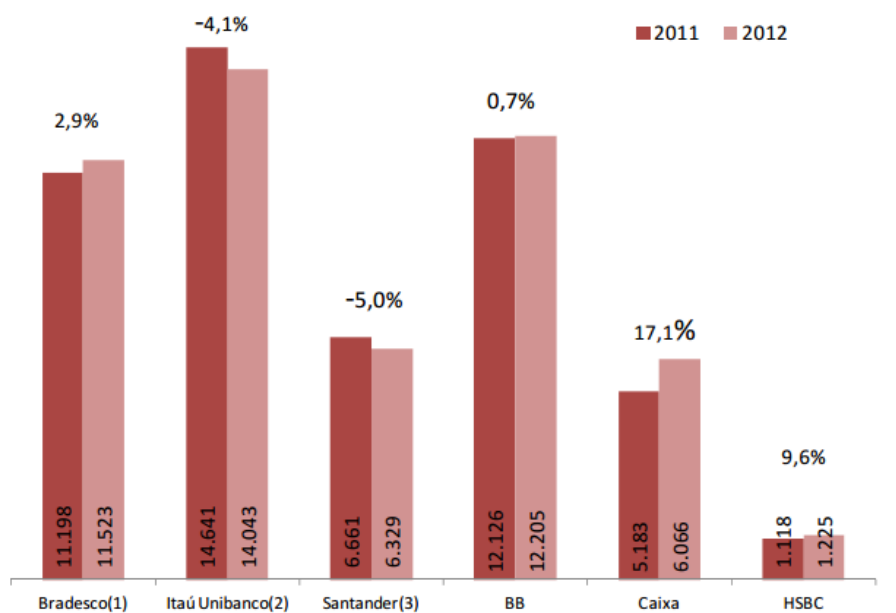
Essa estratégia se baseava nas leis de mercado e acirramento da concorrência, com juros mais baixos, as pessoas passariam a buscar crédito nos bancos públicos. Com isso as instituições privadas se viam obrigadas a acompanhar esse movimento do mercado, visando não perderem seus clientes. De acordo com a ex-presidente Dilma Rousseff após a implantação do projeto “É importante que os bancos privados acompanhem essa iniciativa para que o país tenha uma economia mais saudável e mais moderna. É bom também que você, consumidor, faça prevalecer seus direitos, escolhendo as empresas que lhe ofereçam melhores condições”.

Essa nova política de redução de juros nos bancos públicos gerou grandes dúvidas no mercado a respeito dos impactos na rentabilidade dos bancos. Para que a política funcionasse efetivamente seria necessário um grande aumento no número de clientes bem como no volume de negócios nos bancos públicos. Vale ressaltar também que os juros das operações não são as únicas fontes de renda dos bancos, uma vez que os mesmos lucram com a cobrança de tarifas. No entanto, o que se observou foi um aumento no lucro líquido dos bancos públicos, gráfico 11.

Algumas instituições privadas buscaram como alternativa a queda dos juros o aumento de tarifas bancárias. De acordo com Breda (2012), em artigo publicado na página Rede Brasil Atual, em 10 de dezembro de 2012, o banco Bradesco, Itaú Unibanco e Santander aumentaram suas tarifas bem como os preços de seus serviços em 16%, 8% e 11% respectivamente. No que se refere a lucratividade, os bancos privados conseguiram manter seus patamares, no entanto o destaque ficou por conta da Caixa Econômica Federal, que bateu seu recorde de lucro no ano de 2012, assim como o Banco do Brasil em 2013.

Vale destacar que a ação do governo começou a ceder a partir do ano de 2013. A partir do segundo semestre de 2013 os indicadores econômicos começaram a piorar. A taxa Selic, por sua vez,

Gráfico 11: Lucro Líquido dos Seis Maiores Bancos do Brasil 2011 e 2012 (em R\$ bilhões).



Fonte: DIEESE (2014).

Nota: (1) LL Ajustado (2) LL Recorrente (3) LL Gerencial.

precisou retomar o processo de elevação para conter a inflação. Consequentemente os spreads pararam de cair e retomaram o crescimento, inclusive nos bancos públicos. Para Dorneles (2014), o simples ato de promover a concorrência no mercado não é suficiente, porém foi extremamente importante. Segundo Dorneles o aumento do número de operações bem como aumento do número de clientes superou a queda nos juros, mostrando que a política de redução dos juros nos bancos públicos se mostrou positiva.

Em contrapartida, na visão de Almeida (2014), os resultados obtidos pelo governo não foram tão eficazes. Para Almeida houve de fato uma redução no spread bancário, porém não devido ao incentivo a concorrência, mas sim pelo grande crescimento do crédito direcionado. Ou seja, a redução no spread foi devido ao aumento da parcela dos créditos subsidiados pelo governo. Sendo assim, os spreads bancários voltaram a subir aos mesmos patamares do início do governo, antes da implantação da política.

5.2 Spread bancário para clientes preferenciais

A partir do ano de 2011, o Banco Central por meio do Relatório de Economia Bancária e Crédito, passou a apresentar a decomposição do spread bancário apenas para o segmento de clientes preferenciais. Seu principal objetivo era permitir uma comparação mais justa entre as taxas praticadas no Brasil em relação a outros países. Para o Banco Central as comparações realizadas entre as taxas brasileiras com as verificadas em outros países era bastante imprecisa, uma vez que no mercado doméstico os valores correspondiam a uma média nas operações com diferentes perfis de risco diferentemente do exterior onde os juros se referem apenas a operações “prime”. Sendo assim, a taxa utilizada para o cálculo do spread bancário é a Taxa Preferencial Brasileira (TPB). Essa taxa, portanto, é calculada a partir das operações de crédito realizadas entre as instituições financeiras e seus clientes preferenciais. Vale ressaltar que são definidos como clientes preferenciais apenas aqueles que apresentarem concomitantemente as seguintes características:

- Ser pessoa jurídica;

Tabela 8: Decomposição do Spread Bancário Prefixado TPB (Em proporção do spread).

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1 - Spread Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2 - Custo Administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Inadimplência	33,85	13,16	33,50	24,40	21,23	29,19	28,50	34,76
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	-2,38	6,47	7,82	3,18	2,54	3,85	4,93	4,83
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	68,53	80,38	58,68	72,42	76,22	66,96	66,57	60,41
6 - Impostos Diretos	27,41	32,15	23,47	28,97	30,49	26,78	26,63	24,16
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	41,12	48,23	35,21	43,45	45,73	40,18	39,94	36,25

Fonte: [BACEN – DEPEP \(2014b\)](#).

- Possuir operações de crédito com pelo menos três instituições financeiras;
- Ter ao menos uma operação em curso normal com valor maior ou igual a R\$ 5 milhões;
- Possuir, pelo menos, uma operação com classificação de risco “AA”;
- Possuir operações classificadas nos riscos “AA” e “A”, cuja soma corresponda a no mínimo 90% do total de seu endividamento perante o Sistema Financeiro Nacional (SFN);
- Não possuir operações com atraso superior a noventa dias que representem mais que 1% do seu endividamento perante o Sistema Financeiro Nacional.

Como nas operações com clientes não preferenciais, as participações mais relevantes no spread bancário para clientes preferenciais continuam sendo a margem bruta, erros e omissões juntamente com a inadimplência. No que se refere a inadimplência observou-se que após um aumento no ano de 2012 houve uma ligeira queda no ano seguinte. Posteriormente, para o ano de 2014 a inadimplência voltou a chegar aos patamares observados após a crise de 2008. A variação dos componentes fica mais clara ao observar a tabela 8.

Pode-se ainda analisar a evolução do spread, bem como de seus componentes, utilizando a decomposição por pontos percentuais. Quanto ao nível do spread é possível notar que de no período de 2008 a 2014 os níveis se mantiveram próximos a 5%, salvo no ano de 2008 onde se teve uma elevação pontual. Quanto a inadimplência observa-se uma inversão de tendência a partir do ano de 2012, onde os valores voltar a crescer. A tabela 9 deixa mais clara a apresentação dos dados.

A evolução da TPB está diretamente correlacionada com o comportamento da taxa Selic. Os dados apresentados no gráfico 12 mostram a forte correlação no período analisado.

De acordo com o Banco Central a correlação entre a TBP e a Selic chegou a marca de 90% no período analisado. Já o spread médio das operações ficou em cerca de 4,4 p.p. em relação a taxa Selic.

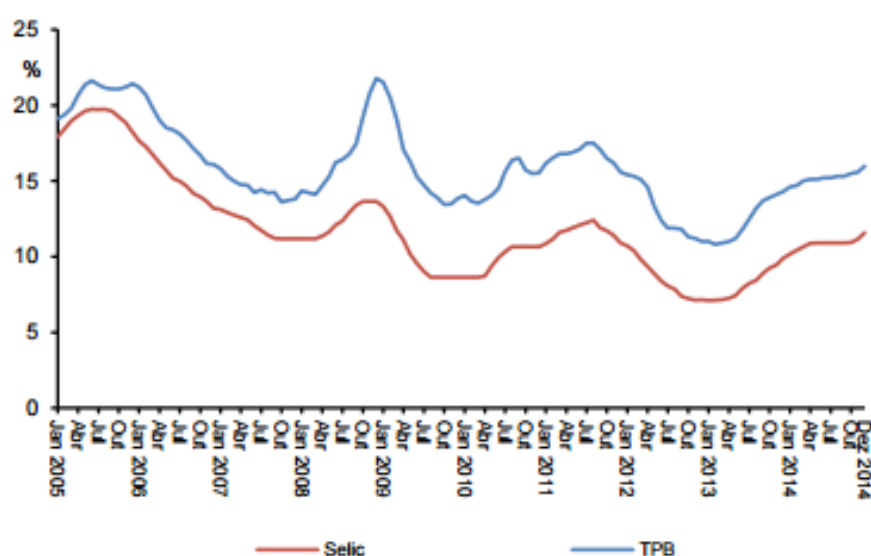
Quando comparada a outros países, a Taxa Preferencial Brasileira ainda é superior. De acordo com o Banco Central do Brasil a média das taxas verificadas entre Janeiro de 2005 e Abril de 2011 no Brasil foi de 16,2%, ao passo que em países como Rússia, Índia, China, África do Sul e Estados Unidos da América foram de 11,4%, 11,8%, 6,0%, 11,8% e 5,5% respectivamente. No que se refere ao spread médio das taxas prime o brasileiro foi o menor, chegando a 3,2 pontos percentuais acima da Selic. Nos demais países emergentes como Rússia, Índia, China, África do Sul os níveis de spread foram de 4,2 p.p., 5,7 p.p.,

Tabela 9: Decomposição do Spread Bancário Prefixado TPB (Em p.p.).

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
A - Taxa de Aplicação	13,79	21,78	13,85	15,53	15,60	11,00	14,30	16,00
B - Taxa de Captação	10,87	13,34	8,48	10,16	9,76	6,61	8,83	10,34
1 - Spread Total	2,92	8,44	5,37	5,37	5,84	4,39	5,47	5,66
2 - Custo Administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Inadimplência	0,99	1,11	1,80	1,31	1,24	1,28	1,56	1,97
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	-0,07	0,55	0,42	0,17	0,15	0,17	0,27	0,27
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	2,00	6,78	3,15	3,89	4,45	2,94	3,64	3,42
6 - Impostos Diretos	0,80	2,71	1,26	1,56	1,78	1,17	1,46	1,37
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	1,20	4,07	1,89	2,33	2,67	1,76	2,19	2,05

Fonte: BACEN – DEPEP (2014b).

Gráfico 12: Selic X TPB.



Fonte: BACEN – DEPEP (2014b).

3,8 p.p., e 3,4 p.p. respectivamente. Nos Estados Unidos o nível de spread foi de 2,6 pontos percentuais. Vale ressaltar que o spread da taxa prime trata-se da diferença entre a taxa prime e a taxa de referência de curto prazo. No Brasil essa taxa de referência é a média da taxa Selic anualizada e acumulada de cada mês ao passo que nos demais países são taxas de curto prazo com conceitos semelhantes ao da taxa Selic brasileira.

5.3 Conclusão

Analisando as tabelas apresentadas nesta seção notou-se que na realidade o item margem bruta, erros e omissões, que corresponde de fato aos lucros auferidos pelos bancos, é que é responsável pela maior fatia do spread bancários. Esse item do ano de 2007 a 2014 foi responsável por mais da metade do valor correspondente ao spread total.

Sendo assim, os fatores apresentados anteriormente, bem como os valores correspondentes aos custos administrativos, depósito compulsório, subsídios cruzados, encargos fiscais e despesas com o fundo garantidor de crédito de fato impactam o valor do spread bancário, porém o principal responsável pelos elevados juros cobrados nas operações de crédito é, portanto o lucro das instituições financeiras.

Conclusão

O principal objetivo deste trabalho era evidenciar os principais motivos que justificam o elevado spread bancário brasileiro. Ao longo das seções constatamos que os fatores apresentados como mais importantes para a determinação do spread bancário na literatura nacional, quais sejam: a elevada taxa básica de juros, a inadimplência, a concentração das atividades bancárias bem como a assimetria de informação.

Os valores referentes aos custos administrativos, aos valores provisionados para inadimplência, os custos referentes aos depósitos compulsórios, aos subsídios cruzados, encargos fiscais, fundo garantidor de crédito tem participação nos valores do spread, chegando a cerca de 30% no ano de 2012, por exemplo. No entanto, quando observamos os lucros auferidos pelas instituições financeiras, o qual é observado no item margem bruta, erros e omissões é que se identifica o principal responsável pelo elevado nível de spread bancário, o qual chegou a corresponder 64,64% no ano de 2011. O poder de mercado parece ser o fator mais importante na determinação do spread bancário na economia brasileira. Isto ficou claro ao analisarmos os efeitos de compressão dos spreads onde e quando existem políticas deliberadas de intervenção do governo no sentido de reduzir o poder de mercado dos bancos. A intervenção do governo nas taxas de juros dos recursos direcionados e por meio dos bancos públicos fez com que os spreads se reduzissem.

Ou seja, os elevados níveis de spread bancário são explicados, portanto principalmente por questões de poder de mercado e não de risco de mercado. No que se refere ao poder de mercado, dada a grande concentração das atividades bancárias, as instituições mantêm seus juros acima de um nível competitivo, aumentando seus lucros, sem perder os seus clientes. Quando analisamos o risco de mercado, o qual é possível relacionar com a inadimplência, foi possível observar que não explica sozinha o nível de spread bancário. Em setores onde há intervenção do governo observa-se claramente uma redução no spread, conforme observado na análise das taxas de juros entre recursos livres e direcionados. Por outro lado, a margem bruta se relaciona com a concentração do mercado, visto que mesmo que os agentes tomadores de crédito busquem outras instituições a fim de encontrar melhores taxas, por exemplo, esbarram no reduzido número de opções de mercado.

Referências

- AFANASIEFF, T. S. et al. The determinants of bank interest spread in brazil. *Money Affairs*, Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos, v. 15, n. 2, p. 183–207, 2002.
- ALENCAR, L. S. de. Ix o pass-through da taxa básica: Evidências para as taxas de juros bancárias. *Economia Bancária e Crédito*, p. 90, 2003.
- ALMEIDA, M. *Taxa de juros, spread e o grito: o que aconteceu?* 2014. Disponível em: <<https://mansueto.wordpress.com/2014/06/27/taxa-de-juros-spread-e-o-grito-o-que-aconteceu/>>. Acesso em: 15 de Agosto de 2016.
- BACEN – DEPEP. *Relatório de Economia Bancária e Crédito 2008*. 2005. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/spread/port/rel_econ_ban_cred.pdf>. Acesso em: 01 de Agosto de 2016.
- BACEN – DEPEP. *Relatório de Economia Bancária e Crédito 2008*. 2008. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/relatorio_economia_bancaria_credito2008.pdf>. Acesso em: 01 de Agosto de 2016.
- BACEN – DEPEP. *Histórico das taxas de juros*. 2014. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>>. Acesso em: 01 de Agosto de 2016.
- BACEN – DEPEP. *Relatório de Economia Bancária e Crédito 2014*. 2014. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/REBC_2014.pdf>. Acesso em: 01 de Agosto de 2016.
- BACEN – DEPEP. *Juros e Spread Bancário*. 2016. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/FAQs/FAQ%2001-Juros%20e%20Spread%20Banc%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em: 01 de Agosto de 2016.
- BANDEIRA, S. D. M. A inadimplência é a única vilã dos spreads bancários. *bússola do investidos*. *Bússola do Investidos*, São Paulo, 8 2012.
- BREDA, T. *Spread mais baixo define novo caminho para bancos no Brasil*. 2012. Disponível em: <<http://encurtador.com.br/swNRY>>. Acesso em: 01 de Agosto de 2016.
- COSTA, A. C. A. *Ensaio em microeconomia bancária*. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2004.
- DIEESE. *Nota Técnica*. [S.l.], 2014.
- DORNELES, F. P. Análise do impacto da política de redução dos juros nos bancos públicos como forma de reduzir o spread bancário no brasil. 2014.
- GASPARIN, G. *Entenda como a crise de 2008 influenciou a vida dos brasileiros*. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2011/09/entenda-como-crise-de-2008-influenciou-vida-dos-brasileiros.html>>. Acesso em: 01 de Novembro de 2016.
- KEYNES, J. M. The general theory of employment. *The quarterly journal of economics*, MIT Press, v. 51, n. 2, p. 209–223, 1937.
- MOORE, B. J. *Horizontalists and verticalists: the macroeconomics of credit money*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1988.
- MOORE, B. J. A simple model of bank intermediation. *Journal of Post Keynesian Economics*, Taylor & Francis, v. 12, n. 1, p. 10–28, 1989.
- OLIVEIRA, G. C. d.; CARVALHO, C. E. et al. O componente custo de oportunidade do spread bancário no brasil: uma abordagem pós-keynesiana. *Economia e Sociedade*, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

- OREIRO, J. L. d. C. et al. Determinantes macroeconômicos do spread bancário no brasil: teoria e evidência recente. *Economia Aplicada*, SciELO Brasil, v. 10, n. 4, p. 609–634, 2006.
- PAULA, L. F. D.; JR, A. J. A. Banking behaviour and the brazilian economy after the end of the real plan: A post-keynesian approach. *Post-Keynesian Principles of Economics Policy*, Edward Elgar Publishing, p. 21, 2006.
- PAULA, L. F. de; OREIRO, J. L. Sistema financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 28, p. 1, 2008.
- PORTER, M. E.; ADVANTAGE, C. *Creating and Sustaining Superior Performance*. [S.l.]: New York, NY: Free press, 1985.
- SOLOW, A. Concentração bancária e seus danos: não reclame do spread. *Terraço Econômico*, 8 2016.